

MIGUEL PEREIRA COUTINHO

A TUTELA ANTECIPATÓRIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

DA RESPONSABILIDADE
PELO DANO AMBIENTAL
FUTURO E INCERTO

ÍNDICE

Agradecimentos.....	7
Apresentação	11
<i>Presentation</i>	13
Abreviaturas Siglas e Acrónimos	15
 NOTA PRÉVIA E INTRODUÇÃO.....	 17
 I. ENQUADRAMENTO GERAL.....	 23
1. Acolhimento constitucional de um novo bem jurídico.....	23
2. Características base do direito do ambiente.....	29
2.1. Da autonomia	29
2.2. Da transversalidade	30
2.3. Da característica difusa do bem jurídico.....	31
3. Dos tipos de dano ambiental.....	33
4. Princípios de direito do ambiente.....	39
4.1. Princípio do desenvolvimento sustentável	40
4.2. Princípio do poluidor-pagador.....	41
4.3. Princípio do utilizador-pagador.....	42
4.4. Princípio da responsabilidade	43
4.5. Princípio da recuperação.....	45
4.6. Princípio da prevenção.....	45
4.7. Princípio da responsabilidade intra e intergeracional	47
4.7.1. O exemplar caso Oposa <i>vs.</i> Factoran.....	52
4.8. Princípio da precaução.....	53
 II. DA RESPONSABILIDADE CIVIL	 61
5. Responsabilidade civil, generalidades.....	62
5.1. Evolução histórica, breves notas	62
5.2. Diferentes espécies de responsabilidade civil	65

5.3. Dos pressupostos da responsabilidade civil	68
5.3.1. Responsabilidade civil por factos ilícitos ou subjectiva	68
5.3.2. O facto.....	70
5.3.3. A ilicitude.....	76
5.3.3.1. O abuso de direito	82
5.3.3.2. Omissões.....	85
5.3.3.3. Causas de exclusão da ilicitude.....	88
Acção directa.....	89
Legítima defesa.....	92
Estado de necessidade.....	94
Consentimento do lesado.....	96
5.3.4. A culpa.....	99
5.3.5. Dano	105
a. Dano real e dano de cálculo ou patrimonial.....	108
b. Danos patrimoniais e não patrimoniais (ou morais)	109
c. Dano morte	113
d. Danos emergentes e lucros cessantes	116
e. Danos presentes e danos futuros.....	117
f. Danos directos e danos indirectos.....	119
5.3.6. Nexo de causalidade	120
a. Teoria da <i>conditio sine qua non</i> (ou teoria da equivalência das condições)	121
b. Teoria do escopo da norma violada	122
c. Teoria do risco permitido.....	123
d. Teoria da causalidade adequada	125
A relevância da causa virtual	127
(i) Relevância positiva da causa virtual	128
(ii) Relevância negativa da causa virtual	129
(iii) Irrelevância da causa virtual	130
5.4. Responsabilidade civil objectiva, ou pelo risco.....	132
5.4.1. Responsabilidade do comitente.....	135
5.4.2. Responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas	139
5.4.3. Danos causados por instalações de energia eléctrica ou gás	141
5.5. Da indemnização	145
6. Dos principais diplomas legais prescritores da responsabilidade civil ambiental	149
6.1. Da Lei 11/87 de 07 de Abril (anterior Lei de Bases do Ambiente).....	149
6.1.1. Da responsabilidade subjectiva	153
Teoria da “ <i>conditio sine qua non</i> ” ou teoria da equivalência das condições	155

Teoria da condição adequada	157
Teoria do fim da norma	158
Teoria da causalidade estatística	158
Teoria da causalidade alternativa	159
Teoria da responsabilidade por quota de mercado, ou “market-share liability”	160
6.1.2. Da responsabilidade objectiva	162
6.2. Da actual Lei de Bases do Ambiente	166
Princípio do desenvolvimento sustentável.....	167
Princípio da responsabilidade intra e intergeracional.....	167
Princípio da prevenção e da precaução	167
Princípio do poluidor-pagador.....	168
Princípio do utilizador-poluidor	168
Princípio da responsabilidade	168
Princípio da recuperação	168
Princípio do conhecimento e da ciência	169
Princípio da educação ambiental	169
Princípio da informação e participação.....	169
6.3. Do Decreto-Lei 147/2008 de 29 de Julho	174
6.3.1. Da responsabilidade objectiva.....	178
6.3.2. Da responsabilidade subjectiva.....	179
6.3.3. Da responsabilidade das pessoas colectivas e da comparticipação	180
6.3.4. Do nexó de causalidade	181
6.3.5. Da responsabilidade administrativa.....	182
6.3.6. Da autoridade competente	185
6.4. Da Lei 83/95 de 31 de Agosto	188
6.4.1. Legitimidade activa	190
6.4.2. Caso Julgado.....	194
6.4.3. O papel do ministério público	199
6.4.4. O papel do juiz	200
6.4.5. Da responsabilidade civil subjectiva	204
6.4.6. Da responsabilidade civil objectiva.....	207
6.4.7. Reflexões finais	209
7. Responsabilidade civil ambiental em geral, da legitimidade à indemnização	209
(i) Quando à legitimidade em geral	210
(ii) Quanto aos danos em geral	212
7.1. Dano moral colectivo	214
7.2. Do direito à indemnização e cálculo dos seus montantes	230
7.2.1. Jurisprudência e dano moral colectivo; o Acórdão 05849/10 do TCAS	233

III. DA RESPONSABILIDADE POR RISCO DE DANO ECOLÓGICO FUTURO	239
8. Ambiente e responsabilidade civil, breve quadro evolutivo.....	239
9. Princípio da precaução e responsabilidade por risco de dano futuro	247
10. Direitos processuais em matéria de ambiente.....	249
11. Do dano clássico à perda chance como dano.....	252
12. Da evolução do conceito de dano.....	258
13. Da indemnização pelo risco de dano ecológico	261
13.1. Do risco de dano ecológico como dano futuro	265
13.2. Do risco de dano ecológico como dano moral colectivo.....	272
13.3. Do risco de dano ecológico como dano de perda de chance.....	275
13.4. Ponto de situação	278
14. Entre o caso julgado e a modificação do pedido e causa de pedir.....	280
15. Breves questões gerais.....	292
a. Legitimidade activa	292
b. Titularidade da indemnização	293
Conclusões.....	297
Bibliografia.....	303
Índice.....	315



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt